UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

CAMPUS BACABAL

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

DISCIPLINA: GESTÃO EDUCACIONAL

ORIENTADOR: LUIZ PAULO ROCHA

ACADÊMICA: ALICE LEITE CAVALCANTE

**O supervisor educacional no Brasil**

O Contexto educacional encontra-se em constante transformação, e cada segmento da educação teve todo um contexto para chegar até aqui, com base no que é abordado sobre o percurso histórico da supervisão no Brasil, serão debatidos pontos sobre a atuação do mesmo, em diferentes épocas, até seu papel na sociedade atual, concordando e discordando dos argumentos do texto.

Historicamente falando, a origem do supervisor se deu pela necessidade de fiscalizar e orientar profissionais, ou seja, o mesmo atuava em ambiente fabril, supervisionando esses trabalhadores em fábricas para quê exercessem suas funções corretamente, dessa forma, era um trabalho que vigiava e comandava cada trabalhador, com isso se fez necessário que a atuação desse supervisor se expandisse para outros campos, com o objetivo de que todos cumprissem suas determinadas funções.

É perceptível durante o texto o quanto isso era importante e valorizado na época, a função de controlar, comandar, fiscalizar, em 1931 os supervisores já atuavam no contexto educacional, com o objetivo de inspecionar, logo existiu a necessidade de se qualificarem para o cargo. Mas por que um profissional que surgiu na época da indústria, estaria exercendo tal função em um ambiente educacional? Pelo fato de profissionais serem sempre vigiados, controlados.

Dessa forma a autora destaca em seu texto quê, o que era simplesmente uma função, tornou-se uma profissão, e respectivamente essa profissão passou a ter seus conhecimentos próprios, se destacando das demais. Com a nova estruturação do curso de Pedagogia, os novos profissionais da educação, tinham o papel de supervisionar, orientar e administrar. Os profissionais com esses respectivos deveres, agiam no contexto escolar supervisionando as atividades dos professores em sala de aula, isso na época da ditadura.

Na década de 1990 é dada uma nova responsabilidade ao supervisores educacionais, a de atuar nos ambientes de aprendizagem, ou seja com a promulgação da LDB de n° 9.394/96 o supervisor abdicou do papel de fiscalizador, para mediar transformações e mudanças nas escolas.

Durante todo esse contexto histórico, em cada época o supervisor passou por diferentes fases de atuação, de acordo com o texto, as três fases são, a Fiscalizadora, Construtivista**,** e Criativa**.** A primeira é caracterizada pela função técnica do supervisor, os mesmos atuavam nos setores administrativos da escola, fiscalizavam a estrutura física da instituição, a realização das leis de ensino, supervisionando atividades escolares, como matriculas, provas, documentos dos estudantes, etc...

Os supervisores seguiam um padrão rígido, autoritário e inflexível, então a sua função de inspetor não levava em consideração a realidade de cada educando, as diferenças de cada um, desconsideravam as características de cada região, generalizando todo um contexto, do ponto de vista educacional na sociedade atual para se trabalhar com pessoas, com estudantes em um ambiente escolar, deve-se considerar toda a sua realidade sociocultural, suas dificuldades, seu processo de aprendizagem, cada um traz consigo uma bagagem de experiências. No ponto de vista crítico o supervisor nessa fase fiscalizadora, estava direcionado para ações burocráticas, encontrava-se totalmente distante de ações pedagógicas, de práticas educativas, o mesmo não tinha o contato direto com os estudantes.

Na fase construtivista a atribuição do supervisor sofre uma alteração significativa, portanto, mediante a fase anterior, nessa há uma necessidade de aperfeiçoamento e acompanhamento, por isso, surgem os cursos de qualificação, onde se busca a melhoria no trabalho docente, diferente da fase fiscalizadora em que o supervisor era visto como um fiscal, logo na construtivista acaba-se tendo uma visão orientadora.

A fase criativa é onde a função de supervisor se separa da ação de um inspetor, é uma fase que visa inserir todos no processo de decisões, e de planejamento do ambiente escolar, dessa maneira, tanto professores, alunos e pais, estão incluídos no processo de aprendizagem, com o intuito de cooperar para um trabalho que seja totalmente democrático. Porém, vale ressaltar, que trazendo essa concepção para a atualidade, em alguns ambientes escolares essa questão da democracia não existe, muitas vezes a participação dos mesmos, não é considerada tão importante assim.

 A nova atuação do supervisor, exige uma ação conjunta com o gestor e com o coordenador pedagógico, essa ação pode ocorrer de duas formas, supervisão escolar autocrática, no qual ele atua determinando regras, e direcionando a um caminho a ser seguido, em busca de melhorias, e solucionar dificuldades advindas do contexto educacional, nessa ação é totalmente desconsiderada a interação entre pessoas, e a cooperação, ou seja, o mesmo atua sozinho.

Na supervisão escolar democrática, como o nome já diz, é uma ação fundamentada na liberdade de se expressar, na capacidade de criar, no qual são tomadas decisões em parcerias, respeitando a individualidade de cada pessoa.

No contexto atual, essa ação de supervisionar está baseada em assessorar o trabalho pedagógico, orientando para uma boa prática educativa, atua também como um mediador pedagógico, utilizando sempre um bom diálogo para tal execução, mas é perceptível que em algumas instituições, não tenha um supervisor educacional no quadro de funcionários, e isso da um certo atraso na evolução desse ambiente escolar. Faz-se necessário cada vez mais, uma qualificação e uma formação continuada para quem atua nessa área.

Quando se pensa sobre a ação supervisora, é possível ligar vários pontos históricos, de quando surgiu essa função de supervisionar, e como foi se ampliando em cada época, e assim se tornando tão importante para o andamento do trabalho educativo.